

O Cerealista



NEWSLETTER DA ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS CEREALISTAS DO BRASIL

TAXA DE JUROS, CRÉDITO RURAL E PLANO AGRÍCOLA FORAM TEMAS CENTRAIS DA CÂMARA DE CRÉDITO REALIZADA EM BRASÍLIA



No dia 15 de março foi realizada a reunião da Câmara Temática de Crédito, Seguro e Comercialização do Agrogócio com a finalidade de receber as propostas para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) de 2017/2018. A ACEBRA esteve representada por seu membro titular, Flávio Andreo, o seu Presidente Arney Frasson, o Diretor de Relações Institucionais Roberto Queiroga e o diretores Vicente Barbiero, que participaram do encontro realizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em Brasília.

O presidente da Câmara, Ivan Wedekin, passando para os itens da pauta, iniciou a reunião apresentando como assunto principal a ser discutido as propostas para o Plano Agrícolas 2017/18. Após deliberações dos presentes, foi solicitado que as entidades que enviaram sugestões ao MAPA, encaminhassem também a documentação para a secretaria da Câmara.

Em seguida, deu-se início as apresentações. O coordenador do Sistema Nacional de Crédito Rural do Banco Central, João Ferrari Neto, disse que a proposta do BNDES com relação à simplificação do ABC foi discutida de maneira a centralizar o foco no beneficiário, e que a proposta traz uma racionalização muito grande. Ferrari destacou a consolidação com as propostas da ACEBRA e Aprosoja com relação ao Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA). "A ACEBRA propunha que os cerealistas também sejam beneficiários quanto ao PCA, e é bastante lógica a solicitação no sentido de que em algumas regiões não há sistema cooperativista consolidado, e o produtor não tem capacidade financeira para construir um armazém, e eles

entrariam nessas situações como um prestador de serviços, porém, isso talvez não seja viável", pontou. Em comentário, Flávio Andreo, disse que a iniciativa privada está apta a responder rapidamente às necessidades mesmo com taxas de juros do PCA: "nossa pretensão é estarmos nas mesmas condições, porque o produtor irá produzir e temos que dar suporte a ele", declarou.



Durante a reunião também foram apresentados breves relatos sobre os Grupos de Trabalho e discutidos assuntos como seguro e crédito bancário rural e novas fontes de financiamento. O gerente Frederico Azevedo, da Aprosoja, falou sobre a dificuldade de liberação de créditos e da importância sobre a transparência nas contas do produtor. "É preciso mais transparência na conta do produtor de forma que ele consiga entender as taxas que são cobradas". Seguindo a pauta, João Ferrari (BC), informou ainda que o valor direcionado para o Prêmio de Seguro Rural (PSR) foi de R\$ 400 mi em 2016, e alertou que o custo de seguro rural no Brasil continuam altas.

Sobre os recursos e taxas de juros, Arney Frasson enfatizou que essa questão de taxas ainda pode sofrer alguma intervenção do setor produtivo. "Nós que somos empresas privadas, que temos pouco acesso ao crédito rural, vivemos num ambiente assimétrico, onde alguns têm muito e outros não. O prazo é um fator importante, pois, hoje em dia o produtor perde a oportunidade de fazer negócio porque sabe que o preço sempre vai subir, portanto, é preciso corrigir algumas assimetrias para garantir a renda do produtor", alertou Arney, sobre a questão do crédito rural.



A próxima reunião da Câmara está agendada para o dia 4 de julho, em Brasília.